

2021

PEDRO H. C.
FONSECA

LAVAGEM DE DINHEIRO

ASPECTOS **DOG MÁTICOS**

SEGUNDA EDIÇÃO

 EDITORA
FOCO

2021 © Editora Foco
Autor: Pedro H. C. Fonseca
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F676l Fonseca, Pedro H. C.
Lavagem de dinheiro: Aspectos dogmáticos / Pedro H. C. Fonseca. - Indaiatuba,
SP : Editora Foco, 2021.
336 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-324-8
1. Direito. 2. Direito penal. 3. Lavagem de dinheiro. I. Título.
2021-2488 CDD 345 CDU 343

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito penal 345
2. Direito penal 343

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (06.2021) – Data de Fechamento (06.2021)

2021

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Avenida Itororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	V
PREFÁCIO.....	VII
LISTA DE QUADROS.....	IX
1. INTRODUÇÃO	1
2. O BEM COMO SUBSTÂNCIA VALORATIVA DE PROTEÇÃO JURÍDICO-PENAL – ΟΥΣΙΑ NA LAVAGEM DE DINHEIRO	9
2.1 Introdução.....	9
2.2 O bem-jurídico penal como critério material do injusto na lavagem de di- nheiro.....	14
3. INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: EMERGENCIALISMO DO TIPO DE INJUSTO DO PROCESSO DE LAVAGEM DE DINHEIRO E A QUESTÃO SUBSTANCIAL DO DELITO	27
3.1 Introdução.....	27
3.2 Ordem internacional.....	30
3.3 Brasil Lei de Lavagem de dinheiro e aspectos técnicos – distanciamento do critério material de construção dos tipos penais.....	37
3.3.1 Lei de Terceira Geração	39
3.3.2 Lavagem de dinheiro e o vínculo fático – dogmático com infração pe- nal antecedente – princípio da acessoriedade e aspectos doutrinários	39
3.3.3 Etapas de realização do crime de lavagem de capitais.....	42
3.3.3.1 <i>Placement</i>	44
3.3.3.2 <i>Layering</i>	45
3.3.3.3 <i>Integration</i>	46
3.4 Aspectos conclusivos da análise histórica-estrutural do processo de lavagem de dinheiro	46
4. A IDEIA DO BEM JURÍDICO E A CORRELAÇÃO COM A CRIMINOLOGIA NA LAVA- GEM DE DINHEIRO	49
4.1 Introdução.....	49
4.2 Teoria dos Rótulos e a relação com a lavagem de dinheiro – “Outsiders”	51

XII LAVAGEM DE DINHEIRO – ASPECTOS DOGMÁTICOS • PEDRO H. C. FONSECA

4.3	A lavagem de dinheiro e a criminologia crítica – Exercito Industrial de Reserva...	53
4.4	Escola de Chicago – Ghetto: análise do processo de lavagem de dinheiro e a ecologia criminal.....	55
4.5	A lavagem de dinheiro do ponto de vista da teoria da Subcultura do Delinquente Delinquente boys.....	57
4.6	A Teoria da Anomia – Robert King Merton e o delito como fragilidade moral da sociedade: correlação com a lavagem de dinheiro.....	59
4.7	Teoria da Associação Diferencial – Sutherland e os crimes de colarinho branco ...	61
4.8	Aspectos conclusivos da lavagem de dinheiro na Criminologia – Escolas Sociológicas do Crime.....	67
5. CORRELAÇÃO DOGMÁTICA-SISTÊMICA DO BEM JURÍDICO NA ESFERA DO PROCESSO DE LAVAGEM DE DINHEIRO – DO PRÉ-ILUMINISMO À JOHANN BIRNBAUM.....		69
5.1	Introdução.....	69
5.2	Pré-Iluminismo: vácuo conceitual do conceito do bem jurídico para a lavagem de dinheiro	70
5.3	Iluminismo e a luz do bem jurídico como fonte substancial para a (a)tipicidade da lavagem de dinheiro.....	72
5.4	Paul Johann Anselm Rittter von Feuerbach e o a concepção material do delito: considerações quanto ao processo de lavagem de dinheiro e o direito subjetivo.....	77
5.5	Johann Birnbaum, a crítica à tese Feuerbach e a correlação do bem jurídico quanto ao branqueamento de capitais.....	80
6. ANÁLISE DOGMÁTICA-POSITIVISTA DO BEM JURÍDICO NA LAVAGEM DE DINHEIRO – DA CONCEPÇÃO POSITIVISTA NORMATIVA DE BINDING AO PENSAMENTO POSITIVISTA SOCIOLÓGICO DE LISZT		85
6.1	Introdução.....	85
6.2	Karl Binding, a segunda metade do Século XIX: abordagem formal do conceito do bem jurídico na lavagem de dinheiro	86
6.3	Franz von Liszt, bem jurídico, viés de concepção material e a proximidade substancial ao processo de lavagem de dinheiro.....	89
7. ANÁLISE DO TIPO DE LAVAGEM DE DINHEIRO A PARTIR DO NEOKANTISMO E A NOVA ESTRUTURA DOGMÁTICA FINALISTA.....		97
7.1	Introdução.....	97
7.2	Bem jurídico e o neokantismo – Visão cultural-valorativa relacionada ao processo de lavagem de dinheiro.....	98

7.3	Hans Welzel e os valores ético-sociais: o bem jurídico na lavagem de dinheiro sob viés finalista	104
8. ANÁLISE FUNCIONALISTA DE UMA ABORDAGEM DO PROCESSO DE LAVAGEM DE DINHEIRO QUANTO AO BEM JURÍDICO		111
8.1	Introdução	111
8.2	Normativismo monista funcional-sistêmico de Günther Jakobs e a sua relação com o bem jurídico penal na lavagem de dinheiro	111
8.3	Funcionalismo Sistêmico de Knut Amelung e sua visão quanto ao bem jurídico penal em conexão com Binding e Jakobs	117
8.4	O bem jurídico penal pessoal independente-sociológico na concepção funcionalista do controle social de Winfried Hassemer e sua abordagem no processo de lavagem de dinheiro	120
8.5	A relação do processo de lavagem de dinheiro e a identificação da noção do bem jurídico no Funcionalismo teleológico de Claus Roxin	124
8.6	A lavagem de dinheiro sob viés do funcionalismo reducionista de Zaffaroni e o bem jurídico	134
8.6.1	A antinormatividade como elemento da tipicidade conglobante e o princípio do non olet no crime de lavagem de dinheiro	140
8.6.2	O bem jurídico na tipicidade material, o princípio da insignificância e a antinormatividade como excludentes do crime de branqueamento de capitais na dogmática funcionalista reducionista, por ausência de tipicidade conglobante	142
8.7	Proposta dogmática funcionalista de Silva Sánchez, o bem jurídico e o branqueamento de capitais	143
9. A VIOLAÇÃO DO BEM JURÍDICO COMO EXIGÊNCIA DA PRETENSÃO DE OFENSIVIDADE, ELEMENTO DA PRETENSÃO DE RELEVÂNCIA NA ESTRUTURA SIGNIFICATIVA DO DELITO – POR TOMÁS SALVADOR VIVES ANTÓN		149
9.1	Introdução	149
9.2	Elementos da estrutura significativa do delito e o bem jurídico	151
9.3	O bem jurídico lesionado como requisito de relevância para formação do delito de lavagem de dinheiro	155
9.3.1	Estrutura significativa do delito – identificação do bem jurídico	156
9.4	A concepção procedimental do bem jurídico e o branqueamento de capitais	161
10. DOGMÁTICA ESTRUTURAL FINALISTA COMO MARCO DE ANÁLISE DA CONSCIÊNCIA DE LESIVIDADE DO BEM JURÍDICO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO ATUAL CONTEXTO CONSTITUCIONAL		163
10.1	Introdução	163

10.2 Do identificação do bem jurídico no crime de lavagem de dinheiro do período pré-iluminista ao funcionalismo de Silva Sánchez e a fundamentação da adoção finalista como estrutura dogmática de partida para verificação do crime de lavagem de dinheiro como pós fato impunível	164
11. A LESIVIDADE NO ÂMBITO DO DELITO DE LAVAGEM DE CAPITALS: ACEITAÇÃO FINALISTA E A ADEQUAÇÃO SOCIAL.....	179
11.1 Introdução.....	179
11.2 Vício de tipicidade material no delito de lavagem de capitais: inconsistência constitucional e o Finalismo	183
11.3 Dogmática jurídico-penal, importância sistemática do bem jurídico como instrumento de suprallegalidade no Direito penal no âmbito do crime de lavagem de dinheiro	184
11.4 Apontamentos dogmáticos e a relação quanto à natureza jurídica do branqueamento de capitais na condição de post factum impunível.....	190
12. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE MATERIAL E O BRANQUEAMENTO DE CAPITALS.....	195
12.1 Introdução.....	195
12.2 Crítica garantística quanto ao bem jurídico e o crime de lavagem de dinheiro	201
13. O BEM JURÍDICO REVELADO NOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E O VÍNCULO FINALISTA – CRISE DOGMÁTICA	215
13.1 Introdução.....	215
13.2 Bem jurídico do branqueamento de capitais bem jurídico do crime antecedente.....	217
13.3 Bem jurídico do branqueamento de capitais – bem jurídico administração da justiça.....	222
13.4 Bem jurídico do branqueamento de capitais bem jurídico e ordem econômico-financeira	226
13.5 Considerações conclusivas quanto ao bem jurídico da lavagem de dinheiro em relação ao crime antecedente, à administração da justiça e à ordem econômica.....	233
14. ASPECTOS SUBJETIVOS, DOLO, DOLO EVENTUAL E A CEGUEIRA DELIBERADA, A CONSCIÊNCIA E O ERRO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.....	237
14.1. Introdução.....	237
14.2 Teoria psicológica da culpabilidade e a lavagem de dinheiro.....	242
14.3 Teoria psicológico normativa da culpabilidade e a lavagem de dinheiro.....	243

14.4	Teoria normativa pura da culpabilidade e a lavagem de dinheiro	243
14.5	Culpabilidade no funcionalismo teleológico e sistêmico e a lavagem de dinheiro	244
14.6	Teoria da motivabilidade da culpabilidade e a lavagem de dinheiro	246
14.7	Pretensão de reprovabilidade em Vives Antón e a lavagem de dinheiro	248
14.8	Sancionabilidade penal como elemento de delito da reprovabilidade no crime de Lavagem de Dinheiro.....	251
15.	CONSCIÊNCIA DA ANTIJURIDICIDADE E O ERRO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: POSIÇÃO FINALISTA	253
15.1.	Introdução.....	253
15.2	Consciência da antijuridicidade no crime de lavagem de dinheiro: aspecto dogmático e o bem jurídico.....	256
16.	A LAVAGEM DE DINHEIRO COMO REFLEXO DO DIREITO PENAL DA SOCIEDADE DE RISCO E A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO DE LEI E ORDEM COMO SÍMBOLO DO EXPANSIONISMO PENAL E DO DIREITO PENAL MÁXIMO	259
16.1	Introdução.....	259
16.2	A relação da lavagem de dinheiro com os crimes de perigo abstrato e o princípio da lesividade na sociedade de risco – inconsistência constitucional.....	268
17.	INVESTIGAÇÃO QUANTO À CONSTITUCIONALIDADE DA LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BEM JURÍDICO COMO MATÉRIA DO TIPO ENQUANTO OBJETO DE PROTEÇÃO.....	279
17.1	Introdução.....	279
17.2	Considerações do iter criminis e post-factum impunível e o processo de lavagem de dinheiro	287
17.3	Instrumentos de viabilidade prática da tese.....	290
18.	CONCLUSÃO	295
	REFERÊNCIAS.....	309